

RELAÇÕES DE TRABALHO NA CAFEICULTURA PAULISTA¹

José Eduardo Rodrigues Veiga²
Maria Carlota Meloni Vicente³
Celma da Silva Lago Baptistella⁴
Malimiria Norico Otani⁵

RESUMO – A retomada dos investimentos na lavoura do café levou a uma expansão significativa da produção em função principalmente de inovações nas formas de cultivo e do aumento da produtividade. Este estudo considera que a retomada poderá contribuir para a estratégia de conciliar o crescimento econômico com o emprego da mão-de-obra rural – além de viabilizar a produção familiar -, e, também, realça a importância histórica do café para o mercado de trabalho agrícola, atualiza as relações de trabalho na cafeicultura paulista e faz um diagnóstico da situação do emprego com ênfase nas transformações decorrentes do processo de modernização desta cultura.

Palavras-chave: relações de trabalho, economia cafeeira, mercado de trabalho rural.

INTRODUÇÃO

A lavoura de café é referência obrigatória para a compreensão não só da origem das relações de trabalho na agricultura paulista em seu conjunto, bem como das suas transformações ao longo do tempo. Assim, nos dias atuais, quando se refere ao trabalhador volante, ou aos mensalistas, diaristas, parceiros, etc, para quaisquer culturas agrícolas, só será possível apreender suas características constitutivas, metamorfoses e adaptações a partir de uma revisão histórica toda ela nucleada pelo café.

No século XX, os anos que intermediam o final da I Grande Guerra e o da II Grande Guerra foram de transformações profundas nas economias centrais e nas periféricas. O Brasil participou desse processo de inserção na divisão internacional de trabalho, inclusive incorporando o padrão da 2^a Revolução Industrial nas primeiras décadas deste século (SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, 1996). Parte substancial desse processo ocorreu no Estado de São Paulo através do desenvolvimento da economia cafeeira – de meados do século dezenove aos anos 1930 – que forneceu as bases econômicas em termos de mercado consumidor, formação e organização do mercado de trabalho livre e geração de capital. A diversificação agrícola, *a priori* dependente da lavoura de café, passou a ser estimulada pela urbanização e pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro. A população do Estado que era de 2,3 milhões de habitantes em 1900 atingiu a marca dos 4,6 milhões em 1920,

¹ Este trabalho contou com o apoio financeiro do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela EMBRAPA em convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (FUNDAG).

² Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia, Agrícola/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: zeveiga@iea.sp.gov.br.

³ Engenheira Agrônoma, Doutora em Geografia Humana, Pesquisadora Científico do Instituto de Economia Agrícola /Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, carlota@iea.sp.gov.br

⁴ Socióloga, Mestre em Geografia Humana, Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola /Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo celma@iea.sp.gov.br

⁵ Socióloga, Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola /Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo maliotani@iea.sp.gov.br

estimando-se que 60% (2,4 milhões) dos 4,0 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1884 e 1933 dirigiram-se a São Paulo (VERSIANI, 1996).

Na formação do cafezal – em novas fazendas, ou ampliação de antigas -, ao imigrante colono era atribuído um determinado número de pés de café e a permissão de plantar principalmente feijão e milho entre as ruas. No ato da entrega do cafezal ao fazendeiro, o colono recebia uma quantia em dinheiro que traduzia o dispêndio monetário com a plantação efetuada. Além de usufruir do cultivo dos gêneros alimentícios, comercializava os excedentes com o próprio fazendeiro ou com os comerciantes das cidades ou povoações próximas. A colheita do café no último ano de formação da planta acrescentava recursos monetários ao pagamento final do seu trabalho. No entanto, como discute MARTINS, “o pagamento que recebia pela formação de cada cafeeiro era inferior ao preço que esse mesmo cafeeiro obteria se a fazenda fosse negociada pelo fazendeiro. Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase de formação. A principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho – trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal” (1979:74).

A extinção do colonato no início dos anos 60 do século XX causou uma séria crise de emprego no campo. Se até 1958, 640.000 colonos e suas famílias trabalhavam e viviam nas fazendas de café, em meados destes anos poucos sobraram. A permanência de trabalhadores residentes nas propriedades já se dava sob novas formas contratuais. De qualquer maneira, o número de trabalhadores residentes entre 1964 e 1975 decresceu em 52%, enquanto a força de trabalho agrícola total do estado diminuía em 35%. Como consequência, a proporção de mão-de-obra não residente mais do que duplicou, passando de 15,8% para 35,8%. Começava a surgir no campo a figura do trabalhador assalariado eventual, o volante, ou o bóia-fria (STOLCKE, 1986).

Mesmo com o declínio do colonato, o café continuou a ditar as novas formas de emprego de mão-de-obra na agricultura. As transformações que viriam a acontecer à frente – a começar pelos reflexos da forte erradicação do café em nível nacional, o plantio maciço da cana-de-açúcar notadamente em São Paulo, o advento da fase aguda da introdução de novas tecnologias poupadoras de emprego, etc. – seriam, na verdade, variações em torno de um sólido tema constituído pela *cultura* do café.

Em meados da década de 70, o “Plano Trienal de Renovação e Recuperação do Café” fracassou devido a intensas geadas que destruíram a maioria dos pés atingidos. O objetivo deste plano, tendo como meta o plantio de 600 milhões de novos pés, teria sido a retomada da produção de café após a excessiva erradicação da década de 60 (PANAGIDES, 1969).

Depois desta excessiva erradicação, a necessária retomada do produto poderia ter ocorrido se a formulação do ‘Plano Trienal de Renovação e Recuperação do Café’ para 1972-1973 e 1974-1975, que previa o plantio de 600 milhões de novos pés e oferecia financiamento fácil para replantio e crédito especial para a preparação de sementeiras e para fertilizantes, não tivesse sido frustrado por uma das mais fortes geadas já ocorridas nas principais regiões cafeeiras e que praticamente destruiu a grande proporção dos pés atingidos, bloqueando, assim, as expectativas de geração de emprego.

A retomada da cafeicultura em bases e projetos mais sólidos, batizada por especialistas como ‘a redescoberta do café no Brasil’ – sob a égide do sistema agro-industrial (SAG) -, faz-se notar em 1998, quando o café representou 5% do total das

exportações, significando US\$2,6 bilhões de divisas com exportação (SAES & FARINA, 1999). Aos que sugerem ser este percentual ainda muito reduzido em relação ao passado, contrapõe-se a opinião de que o setor aplaude este número, pois implica em maiores graus de liberdade para se discutir e manejar melhor as políticas relativas ao café.

Do ponto de vista social, esta retomada se reflete na maior possibilidade de geração de postos de trabalho de forma mais distribuída e estável, porque o café, ao contrário das outras culturas, demanda emprego em todas as etapas do seu ciclo produtivo.

Enfim, o café é uma lavoura estratégica do ponto de vista do emprego agrícola. Como argumento definitivo para sustentação e propagação desta idéia vale a referência de um artigo recente de Ignacy SACHS (2001), em que o autor, analisando relatório econômico e social publicado pela Secretaria das Nações Unidas (*World Economic and Social Survey*, 2000, Nova York) – onde se discute o papel vital da agricultura na luta contra a pobreza – e no intuito de atacar os discursos que destacam tão somente a necessidade de expansão das áreas de produção de grãos na defesa do desenvolvimento “puxado pela agricultura”, cita dados da Fundação Seade, relativos a 1999, mostrando a geração de emprego das principais culturas agrícolas. Assinala que a soja gerou 1 emprego por 61 hectares; o milho, 1 emprego por 43 hectares, enquanto o café emprega uma pessoa em cada 2,7 hectares. Para toda a agricultura a média é de 1 emprego por 10 hectares (sendo todos os dados em equivalente homens/ano).

A atualização das informações relativas ao emprego de mão-de-obra na cafeicultura paulista, tem como uma das suas principais finalidades inserir a questão social entre os estudos que visam o crescimento dos investimentos nesta lavoura.

OBJETIVOS

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar a situação atual do emprego na cafeicultura paulista. Os objetivos específicos compreenderam: estimar o contingente da população trabalhadora permanente por função e por sexo (proprietário, arrendatário, parceiro, colono, mensalista, diarista, empreiteiro e outros); quantificar a ocupação da mão-de-obra volante utilizada durante o ano agrícola desde o preparo do terreno à colheita, e analisar o desenvolvimento das técnicas adotadas na cafeicultura paulista no final dos anos 80s e início e final dos anos 90s .

METODOLOGIA

Os dados sobre evolução das técnicas utilizadas na cultura do café foram obtidos por meio de levantamento amostral composto de 3.622 elementos (imóveis rurais), realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) junto ao produtor ou responsável pelo imóvel rural. A expansão dos dados foi feita de acordo com metodologia apresentada em CAMPOS & PIVA (1974).

O pagamento de colheita efetuado aos trabalhadores rurais, bem como as respectivas quantidades colhidas por homem/dia, foram obtidos por meio do levantamento realizado junto a técnicos responsáveis pelas Casas de Agricultura de todos os municípios do Estado de São Paulo.

Para obtenção das estimativas sobre a mão-de-obra efetivamente ocupada no cultivo do café realizou-se um levantamento por amostragem composto por 580 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs). O questionário foi elaborado visando obter informações relativas ao número de trabalhadores permanentes (familiares e assalariados) por categoria, sexo e remuneração, bem como o número de diárias pagas aos trabalhadores volantes por

operação agrícola. A pesquisa de campo foi efetuada em abril de 2000 e teve como período de referência, setembro de 1999 a agosto de 2000. A expansão dos dados foi feita de acordo com PINO et al (2001).

Os aspectos qualitativos foram obtidos por meio de contatos pessoais realizados nas principais regiões produtoras de café, tais como, Franca, Espírito Santo do Pinhal, Pirajú, Garça, Socorro e Serra Negra. Foram entrevistados produtores rurais (parceiros e proprietários), cooperativas de produtores, Sindicato Patronal, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Técnicos das Casas de Agricultura e indústrias de máquinas agrícolas.

RESULTADOS OBTIDOS

Técnicas Adotadas

Em função do tamanho do cafezal e da declividade do terreno, a cultura do café pode ser conduzida com técnicas que englobam desde operações manuais e tração animal até a mecanização quase total, considerando-se que a operação da colheita ainda é predominantemente manual.

A operação de preparo do terreno, composta pela aração e gradeações para o plantio de novos cafezais, empregou apenas 0,6% do total de dias-homem utilizados em 1997/98. Este mesmo percentual foi observado em 1991/92, contra apenas 0,2% em 1988/89. Em 1997/98 ainda era significativo o percentual de área arada e gradeada com tração animal no estado (39,5%), destacando-se os imóveis até 20 ha (89,5%), embora tenha ocorrido um crescimento do uso de trator na área arada, de 33,5% em 1988/89 para 60,5% em 1997/98. Isto se deve, em parte, aos plantios em terrenos com acentuada declividade (Tabela 1).

A colocação das mudas nas covas é sempre manual, sendo que tratores e carretas são empregados no transporte de mudas. O plantio manual, com auxílio de equipamentos (por exemplo, o sulcador), foi efetuado em 23,4% do total de pés plantados em 1997/98, sendo este valor ligeiramente menor ao percentual observado no final da década de oitenta. Em termos de ocupação da mão-de-obra, o plantio e adubação corresponderam a 1,6% do total ocupado na safra 1997/98, contra apenas 0,2% em 1991/92.

Dentre os tratos culturais, as capinas são operações importantes para preservação da produtividade dos cafezais. No período de 1988/89 a 1997/98 foi crescente o emprego de herbicidas no controle do mato, quando o percentual de utilização desta técnica foi de 11,6% para 40,7% dos pés capinados, em detrimento do uso de enxada, de trator e implementos (grade ou roçadeira) e de animais. Da mesma forma, o número de capinas realizadas durante a safra diminuiu para todos os tipos, exceto para herbicidas, passando de uma média de 1,4 capinas por safra em 1988/89 para 1,9 em 1997/98, ou seja, um crescimento da ordem de 35%. O avanço da capina química tem levado a uma diminuição na mão-de-obra utilizada nos tratos culturais. Se no início da década, os tratos culturais correspondiam a cerca de 40% do total de mão-de-obra ocupada na safra, em 1997/98 esse valor passou para 22,4%.

Tabela 1. Percentual de Dias-Homem Ocupados, de Área Arada, de Pés Plantados e Capinados, Segundo a Operação Agrícola e o Processo Utilizado na Cultura do Café, Estado de São Paulo, 1988/89 a 1997/98

Operação	1988/89	1991/92	1997/98
Dias-Homem			
Preparo do Terreno	0,2	0,6	0,6
Plantio e Adubação	0,5	0,2	1,6
Na Adubação em Cobertura	3,6	4,1	2,8
Tratos Culturais	38,4	40,2	22,4
Colheita	57,3	55,0	72,6
Aração e gradeação			
Com Trator	33,5	32,9	60,5
Animal	66,5	67,1	39,5
Plantio			
Manual	75,5	69,2	76,6
Manual com auxílio de Equipamentos	24,5	30,8	23,4
Capina			
Enxada (1)	43,9	33,3	30,7
Animal	18,5	15,5	7,6
Trator e Implementos	26,0	32,9	21,0
Herbicidas	11,6	18,3	40,7

(1) Não inclui a coroação

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coodenadoria de Assistência Técnica Integral

Ao se comparar a utilização de mão-de-obra nas diferentes operações agrícolas, verifica-se que a colheita absorveu 72,6% do total de dias-homem ocupados na cafeicultura em 1997/98. Para 1988/89 e 1991/92 os percentuais de participação foram 57,3% e 55,0%, respectivamente. É a operação que mais emprega mão-de-obra comum, ocupando no Estado de São Paulo cerca de 8.973,8 mil dias-homem, em 1997/98. Considerando-se o período de colheita de abril a setembro, ou seja, 180 dias, chega-se a um total de 50 mil pessoas ocupadas.

Atualmente, várias modalidades de colheita estão disponíveis ao setor, o que permite ao produtor decidir entre colheita manual, manual/mecânica e exclusivamente mecânica. Aspectos como topografia e tamanho das lavouras devem ser considerados na tomada de decisão sobre o sistema a ser adotado (VEGRO; MARTIN, MORICOCHI, 2000).

A colheita manual foi efetuada em 94,0% do total de pés colhidos em 1991/92 e em 1997/98, mas as indicações para os anos posteriores é de aumento na proporção do sistema manual, com auxílio de equipamentos motorizados, bem como da colheita mecânica. Esta transformação no processo produtivo da cultura será sem dúvida a mais marcante, dado que a mecanização da colheita representa importante fator para a melhoria da competitividade, uma vez que possibilita a redução de custo nesta operação de até 1/3 em relação à colheita manual (VEGRO; MARTIN, MORICOCHI, 2000). Os resultados apresentados mostram a

direção do processo de transformações na cafeicultura paulista, objetivando a redução dos custos de formação e de produção dos cafezais.

Pagamento de Empreita e Quantidade Colhida

A cultura cafeeira é bienal quanto a sua produção. No entanto, há alguns fatores que intervêm para amenizar esta característica peculiar da cultura, como: a forma de condução dos tratos culturais, o clima, o solo e os diversos sistemas de produção. Em decorrência dessas variações na produção, o pagamento da colheita de café cereja (em valores de junho de 2000) variou de R\$ 0,05 (em 1993) a R\$ 0,14 por litro (em 1995), no período de junho de 1990 a junho de 2000. Os valores mais comuns foram R\$ 0,06/ l. e R\$ 0,08/ l. Vale ressaltar que em 1995 observou-se uma queda significativa na produção estadual de café, cerca de 50% em relação a 1994, que resultou na menor quantidade colhida por homem/dia, da década, ou seja 166 l./homem/dia. Para os outros anos, foi verificada uma variação de um máximo de 243 l./dia a um mínimo de 184 l./dia (Tabela 2).

O pagamento da colheita de café coco seco segue o mesmo padrão observado para o café cereja, ou seja, um período menos favorável até meados da década de 90, com diárias de R\$ 9,64 a R\$ 16,88 em 1993 e 1991, respectivamente. Após esse período a remuneração aos colhedores teve um comportamento favorável, variando de R\$14,02/dia em 2000 e R\$23,30/dia em 1995. Vale ressaltar que o maior ganho diário, nos anos atípicos, significa também um número menor de pessoas sendo remuneradas. A quantidade colhida por homem dia mantém-se uniforme ao longo dos anos (Tabela 2).

Tabela 2. Pagamento de Colheita e Quantidade Colhida de Café Cereja e Café Coco Seco, Estado de São Paulo, Junho de 1990 a 2000 (1)

Estado	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Café Cereja (2)	0,06	0,08	0,06	0,05	0,06	0,14	0,08	0,10	0,09	0,08	0,07
Café Coco (3)	6,13	8,44	5,62	4,82	5,36	11,65	8,69	9,28	8,62	7,45	7,01
Café Cereja (4)	198	189	184	197	206	166	201	198	224	243	237
Café Coco (5)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2,5	2

(1) Em Reais de Junho de 2000, valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV

(2) (R\$/l)

(3) (R\$/sc.de 100-110 l)

(4) (l/dia)

(5) (sc. de 100-110 l/dia)

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

Atualização das Relações de Trabalho na Cafeicultura Paulista

A cultura do café ocupa um considerável contingente de trabalho familiar no Estado de São Paulo. Segundo dados do levantamento especial, na safra 1999/2000 havia 51.701 produtores e familiares trabalhando permanentemente nas propriedades. Deste total, a grande maioria é composta de proprietários (72%), enquanto os parceiros aparecem em menor proporção (27%) e os arrendatários são pouco expressivos (2%). Os produtores com mais de 65 anos representam 14% do total desta população (Tabela 3).

Produtores e familiares

O trabalho do proprietário e familiares na cultura do café é comum em todo o estado, com predomínio do trabalho masculino (79%) sobre o feminino (21%). É significativa a parcela de proprietários que residem nos imóveis (59%), por ser uma cultura que demanda cuidados constantes.

Tabela 3. Trabalhadores Familiares e Assalariados, Estado de São Paulo, Setembro de 1999 a Agosto de 2000.

Trabalhadores Familiares										
Categoria	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Residentes	%	> 65 anos	%
Proprietários e familiares	29.321	72	7.689	70	37.009	72	21.897	65	5.037	70
Arrendatários e familiares	716	2	174	2	890	2	304	4
Parceiros e familiares	10.733	26	3.069	28	13.802	27	10.861	32	1.851	26
Total	40.770	100	10.932	100	51.701	100	7.193	100

Trabalhadores Assalariados										
Categoria	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Residentes	%	> 65 anos	%
Gerente	209	1	-	-	209	-	107	-	24	2
Administrador	8.486	13	-	-	8.486	12	5.112	10	78	5
Tratorista	4.174	6	134	3	4.307	6	3.511	7	42	3
Mensalista	52.286	80	5.034	97	57.320	82	43.575	83	1.361	90
Total	65.155	100	5.168	100	70.323	100	52.305	100	1.505	100

(...) Dado não disponível.

Fonte: Dados Básicos do Levantamento Específico sobre Ocupação de Mão-de-Obra na Cafeicultura.

Esta característica é importante principalmente para os agricultores familiares, que são bastante significativos no Estado de São Paulo pois têm nesta cultura de alto valor de mercado uma estratégia importante para viabilizar a sua reprodução social. A produção de café oferece para este grupo de produtores a alternativa de produzir café adensado (VEGRO, MARTIN & MORICCHI) - técnica de manejo diferenciado que eleva a produtividade - e também a opção de produzir cafés especiais (SOUZA, SAES & OTANI, 2000) - que já desperta interesse entre os países consumidores. Estas práticas, por demandarem maiores e permanentes cuidados no seu preparo, se adequam às unidades de produção que têm área reduzida mas, em contrapartida, têm disponibilidade de mão-de-obra assegurada internamente.

Parceiros e Arrendatários

O levantamento específico para café estimou para 99/00 13.892 parceiros, que representam 21% do total de produtores familiares de café. Efetuando-se paralelo com a parceria de forma geral, representam cerca de 49% do total, ou seja, quase metade das parcerias são realizadas com o café. (Tabela 3).

Em São Paulo, esta categoria de produtor foi encontrada principalmente na regional de São João da Boa Vista (19% do total do estado), Bragança Paulista (17%), Andradina (15%) e Dracena (13%).

Já os arrendatários de café são pouco significativos no estado, totalizando somente 890 produtores. Aparecem nas seguintes proporções em relação ao total dos municípios: em São João da Boa Vista, (5%), Franca (2%), São José do Rio Preto (7%) e Ourinhos (4%).

Trabalho Assalariado

Apesar da redução na demanda por trabalho nas outras operações, devido ao uso de herbicidas e da mecanização que vem avançando significativamente, o café ainda é uma das culturas que mais empregam mão-de-obra ao longo do ano. Para se ter uma idéia, a cada grupo de 6.661 pés de café há um trabalhador fixo.

Assim, no estado, registrou-se um total de 70.323 assalariados fixos – melhores qualificados - que trabalhavam em UPAs com café, com a significativa parcela de 74% deles residindo nos locais de trabalho. Constituem-se principalmente de homens, 93%, e as mulheres representam 7%. Do total de 122.204 pessoas que trabalham permanentemente nos imóveis, 58% correspondem aos assalariados fixos (Tabela 3).

O mensalista, ou seja, o encarregado de serviços gerais (dos tratos culturais, do manejo, do preparo da secagem, no terreiro, etc.) é a categoria mais numerosa e totaliza 57.320 trabalhadores, sendo que os homens representam 91% do total. As demais categorias são os tratoristas (4.307), o administrador (8.486) e o gerente (209).

O piso salarial dos trabalhadores rurais é definido em acordo entre os Sindicatos dos Produtores e dos Trabalhadores, sendo em geral mais elevado do que o determinado pelo Governo Federal, como indicam os salários médios levantados para cada uma das categorias: gerente R\$732,71, administrador R\$620,20, tratorista R\$251,07 e mensalista R\$209,05 .

O trabalho temporário contratado nos imóveis que produzem café é bastante significativo, pois foram pagas 7.112.626 diárias na safra agrícola 1999/00. São mais numerosos em São João da Boa Vista, Franca, Marília, Andradina e Ourinhos. São contratados principalmente na colheita, período em que são pagas 79,0% das diárias do ano agrícola, e são arrematados em proporção menor para o plantio e adubação (3,2% das diárias) e para o preparo do terreno (1,6%) (Tabela 4).

Tabela 4. Número de Diárias Pagas aos Trabalhadores Temporários, por Operação Agrícola, Estado de São Paulo, Setembro de 1999 a Agosto de 2000.

Operação	Diárias Pagas	(%)
Preparo do Terreno	116.156	1,6
Plantio e Adubação	228.587	3,2
Adubação em Cobertura	-	-
Tratos Culturais	1.148.874	16,2
Colheita	5.619.006	79,0
Total	7.112.623	100,0

Fonte: Dados Básicos do Levantamento Específico sobre Ocupação de Mão-de-Obra na Cafeicultura.

Segundo a experiência de um produtor que mecanizou a colheita do café “em época de boa safra chega-se a diminuir em até 70% o custo da colheita” Cabe lembrar que a mecanização desta operação necessita de mão-de-obra mais qualificada, como os tratoristas, mecânicos, etc. e também de volantes para complementar as operações das máquinas, como parte da finalização da colheita.

Das entrevistas realizadas com os produtores infere-se que, apesar de a mecanização da colheita estar incipiente no estado, é uma possibilidade a ser concretizada, assim como já foi a adoção de herbicida para diminuir o trabalho na capina, e também a mecanização dos tratos culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostra que nas etapas de formação e/ou manutenção do cafezal predomina o trabalho permanente – residente ou não na propriedade -, o que explica em boa parte o sucesso da inserção da pequena produção familiar nesta atividade (muitas vezes na forma de parceria) e a maior fixação de população trabalhadora rural nos locais ou regiões onde o café tem importância econômica.

Consideradas todas as operações do ciclo produtivo, as mudanças que promoveram importante impacto na absorção da mão-de-obra ainda estão circunscritas aos tratos culturais. O avanço da capina química (herbicidas), por exemplo, fez com que os tratos culturais, que no início da década de 90 correspondiam a cerca de 40,0% da absorção total da mão-de-obra na safra, sofressem redução para 22,4% em 1997/98.

A colheita manual ainda predomina, tendo sido efetuada em 94,0% do total de pés colhidos e fazendo com que esta operação significasse 72,6% da absorção do total de dias/homem ocupados na cafeicultura paulista em 1997/98. Cerca de 8.873,8 mil dias/homem foram utilizados neste mesmo período.

Os temporários serão os principais atingidos com o avanço da mecanização da colheita. A expectativa é a de que este processo que, *a priori*, representa a liberação da mão-de-obra na operação da colheita, signifique com o tempo a consolidação da estrutura regional de ocupação, com efeitos positivos inclusive no que se refere à qualificação dos trabalhadores locais.

Esta expectativa sugere ainda a urgência de políticas públicas que ofereçam oportunidades de ocupação aos trabalhadores rurais em pólos regionais de desenvolvimento que internalizem a renda na economia local; que, também, ocupem preferencialmente esta mão-de-obra local, reduzindo assim a mobilidade rural que, em última instância, significa o

encarecimento do trabalho, o enfraquecimento sindical e, no limite, até mesmo a desagregação familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Humberto & PIVA, Luiz H.O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safras no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, 21(3):65-88, mar. 1974.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, 157 pgs.
- PANAGIDES, Staphis. **Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira**. Revista Brasileira de Economia, vol. 23, n. 1, jan - março, 1969.
- PINO, Francisco A.; FRANCISCO, Vera V.L.F.S.; LORENA NETO, Bernardo Previsão e estimativa de safras cafeeiras no Estado de São Paulo. São Paulo 2001. (no prelo).
- SACHS, Ignacy. Fórmula da ONU contra Armadilha da Pobreza. **O Estado de São Paulo**, 06/01/2000.
- SAES, Maria Sylvia M.& FARINA, Elizabeth M.M.Q. **O Agribusiness do Café no Brasil**. Pensa/Editora Milkbizz, São Paulo, 1999, 218 pgs.
- SOUZA, M.C.M.; SAES, M.S.M.; OTANI, M.N. Pequenos Produtores e o Segmento de Cafés Especiais no Brasil: uma abordagem preliminar. **Anais do X Simpósio IFSA – International Farming System Research Association**, Santiago, 27 a 29 de novembro de 2000.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986, 410 pgs.
- SUZIGAN, W. & SZMRECSÁNYI, T. **Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil**. In: SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. (orgs). **História Econômica da Primeira República**. HUCITEC/FAPESP, São Paulo, 1996, 261-283.
- VEGRO, Celso L.R.; MARTIN, Nelson B.; MORICOCCHI, Luiz. Sistema de produção e competitividade da cafeicultura paulista. **Informações Econômicas**, SP, 30(6):7-44, jun. 2000.
- VERSIANI, F.R. **Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920**. In: SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. (orgs). **História Econômica da Primeira República**. HUCITEC/FAPESP, São Paulo, 1996, p.189-213.